



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

N.º 480-VIII
P.º 50.04.04.30
29.110
29.111

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

Estamos mais uma vez a discutir o Plano e Orçamento da nossa Região. E estamos a fazê-lo no local certo, no momento certo, no momento em que foi planeado para ser discutido nesta casa. E é pelo planeamento atempado e rigoroso que deve passar o desenvolvimento de uma região, com vista a torna-la numa região de oportunidades para todos os cidadãos.

E fazer uma região de oportunidades implica colocar o cidadão como catalisador de um modelo de sociedade mais justa, mais equitativa e mais solidária.

Queremos um cidadão informado, instruído, culto e com sólida formação para combater um modelo social, quiçá obsoleto, pouco eficaz e muitas vezes injusto.

Queremos um cidadão cada vez mais independente e responsável, dono do seu destino e sem dependência excessiva do governo e do Estado, tendo sobretudo a consciência que só tem a ganhar com um Estado com funções bem claras e eficaz nas suas principais responsabilidades, onde se inclui concretamente a coesão social.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhores Membros do Governo

Os cidadãos sentem que uma crise está abalando as instituições e por isso os partidos políticos têm que responder, recriando a esperança e a confiança.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Os cidadãos têm o direito de exigir uma política que esteja ao serviço da população.

Os cidadãos têm o direito de exigir que o Governo, legitimado pela maioria, realize aquilo que prometeu e tudo o que prometeu. E que o façam no lugar e no tempo a que se comprometeram.

Mas ser oposição, na nossa perspectiva, não é estar sempre no contra. Ser oposição não é exigir respostas e depois condenar toda e qualquer solução. Ser oposição não é, para o CDS-PP, exigir que se projectem e se realizem as obras reclamadas pela população e depois condenar os investimentos em betão.

Ser oposição é ter paciência para debater, para insistir; é ter coragem para lutar.

Se é certo que o Governo não é portador de toda a verdade, também a oposição não pode encharcar-se na convicção de que tem toda a razão. E nenhuma oposição, nem alguma que seja numericamente maioritária, pode aspirar a ser única.

O povo espera menos espectáculo no palco da política e mais eficácia. E nós temos de perceber a mensagem que esse povo nos transmite, seja por acção, ou por ausência dos actos eleitorais.

Para o CDS/PP, ser e exercer a política, é ter a humildade de para aqui vir, com convicções, certamente, com muito trabalho preparado, mas com muita abertura para discutir, sem ideias ou posições fixas, dispostos para debater primeiro e decidir depois.

O CDS-PP tem sido uma oposição objectiva, firme, por vezes, sempre que necessário, dura.

Ser oposição séria é também construir alternativas às soluções que são consideradas más. E ser, como o CDS-PP tem procurado ser, oposição construtiva, é apresentar propostas que contribuam para que se realize a vontade popular expressa.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo



Considerámos que era importante, logo nesta intervenção inicial, definir o espírito com que viemos para este debate sobre o Plano e Orçamento para 2008.

E viemos depois de ter aceite o desafio que o Governo Regional lançou e de termos preparado um conjunto de iniciativas, que fomos apresentar ao Governo Regional, na sua qualidade de autor das propostas de Plano e Orçamento que hoje começamos a discutir, tanto mais que tinham implicações financeiras importantes.

É justo reconhecer a postura de abertura ao diálogo e à ponderação, que encontramos da parte do Governo Regional, não obstante se tratar de um Governo suportado por uma maioria absoluta.

Já foram entregues na Assembleia as iniciativas do CDS-PP, a que agora aludimos, porque as consideramos relevantes na concretização política e na execução orçamental do ano que vem e por isso indissociáveis da discussão das propostas de Plano e Orçamento.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O CDS-PP considera que promover a coesão social implica, necessariamente, dar mais a quem mais precisa. E quem mais precisa são os idosos, com baixas pensões, sobretudo quando estão doentes e necessitam de medicamentos, para terem mais saúde e consequentemente mais qualidade de vida. A vocação do CDS-PP para defender a resolução de carências de natureza social já ficara marcada, em tempo de discussão de Plano e Orçamento, quando há um ano propusemos e foram aprovadas iniciativas que levaram a um aumento significativo das comparticipações diárias aos doentes e seus acompanhantes, deslocados por motivo de doença e a um aumento, importante, do complemento regional das pensões.



Os idosos têm necessidade de utilizar uma quantidade considerável de medicamentos, com um custo crescente e constata-se que, apesar do esforço desenvolvido para actualização do valor das pensões, algumas ainda são baixíssimas, pelo que, na maior parte dos casos, são as pessoas de mais fracos rendimentos que estão em maior risco de consumo de medicamentos.

Sabe-se de situações dramáticas que levaram algumas farmácias a abrir contas a crédito para alguns dos seus clientes pensionistas e que há outros que pontualmente tiveram de recorrer a empréstimos bancários para fazer face às despesas da farmácia.

Para minorar este sofrimento, o CDS-PP propõe a criação de um regime de apoio aos pensionistas com idade igual ou superior a 65 anos, com pensões baixas, especificamente dirigido à compra de medicamentos, denominado “Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos”.

O nosso projecto visa que corresponda a 50% da retribuição mínima mensal garantida em vigor na Região Autónoma dos Açores (actualmente mais de 200 euros), sendo por isso actualizável anualmente de acordo com a actualização daquela.

Trata-se de uma medida de grande alcance social, que promove o bem-estar e contribui para a qualidade de vida dos que mais necessitam.

Na área dos transportes e acessibilidades, o CDS-PP, na linha do que já há muito tempo defende, propõe que se resolva recomendar ao Governo Regional que, tendo em conta as especificidades dos Açores, nomeadamente as de natureza social, económica, geográfica, demográfica e cultural, promova as disposições de sua competência que tenham em vista a instituição de tarifas promocionais, nas ligações aéreas inter-ilhas, para residentes na Região, no período compreendido entre 1 de Setembro e 31 de Maio.

O projecto surge num momento em que, apesar das medidas relativamente às chamadas ilhas de coesão, as tarifas ainda são muito elevadas, sobretudo nas deslocações entre as ilhas que mais distam entre si, como entre aquelas que têm mais população e maior nível de desenvolvimento, geradoras de maior volume de tráfego e quando o turismo interno apresenta valores que estão longe de satisfazer o desenvolvimento deste sector de mercado nos Açores.



Este é um projecto com importantes reflexos, não só de natureza social, como também de desenvolvimento económico. Importa não esquecer que o conhecimento de todas as ilhas, por parte dos que aqui residem, é um factor importante para o fortalecimento da coesão e unidade da Região.

Mas fomos mais longe e na habitação propusemos alterações ao actual regime de apoios financeiros no combate à infestação por térmitas.

A infestação por térmitas é considerada, pelos especialistas técnicos na matéria, como “um sismo silencioso”.

Com a presente alteração pretende-se abranger um mais vasto leque de casos de infestação por térmitas, nomeadamente de prédios pertencentes a famílias da classe média, especialmente as mais numerosas, as quais até agora praticamente estavam impossibilitadas de aceder aos apoios e sem todavia deixar de contemplar as famílias mais desfavorecidas.

Esta alteração visa aplicar uma fórmula mais favorável e abrangente e simultaneamente mais justa e eficaz. Permitam-me que cite apenas dois exemplos: Uma família de quatro pessoas, com um rendimento mensal de 1492 euros, com base no regime ainda em vigor, nada receberia a fundo perdido e só teria direito a 80% de bonificação de juros. Com o regime proposto pelo CDS-PP passaria a ter 100% a fundo perdido. Uma família de duas pessoas, com um rendimento mensal de 1229 € a nada teria direito a fundo perdido e só teria 60% de bonificação de juros e com o novo regime passará a ter 75% de apoio a fundo perdido e 50% de bonificação de juros.

Finalmente ainda uma proposta mais, esta de alteração à própria proposta de Plano.

O Centro de Oncologia dos Açores está há anos, demasiados anos, a funcionar em instalações precárias, propriedade da liga Portuguesa contra o cancro.

O Centro de Oncologia dos Açores tem desenvolvido uma actividade notável na prevenção e tratamento da doença oncológica, apresentando nos últimos tempos rácios de produtividade elevados e com excelente relação custo benefício.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

O Centro de Oncologia dos Açores começou em Junho deste ano a fazer o registo oncológico regional, instrumento de fundamental importância na luta contra o cancro e tem prontos a serem implementados rastreios do cancro da mama e cólon.

Acima de tudo é bom ter em conta que os doentes têm boa impressão do trabalho prestado no Centro de Oncologia.

São instituições como esta que também merecem da nossa parte o devido reconhecimento pelo serviço prestado à comunidade e precisam ser ajudadas, nomeadamente ao nível das suas instalações que são manifestamente desadequadas e insuficientes para o serviço que presta.

Considerando isto, o CDS-PP entende que o centro de oncologia precisa de outras instalações, mais modernas e mais adequadas à sua missão, que é combater o flagelo do cancro.

Propomos uma alteração ao Plano, afectando uma verba de cem mil euros para requalificação e reinstalação do Centro de Oncologia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhores Membros do Governo

O que nos move, não é querer ser Presidente do Governo, não é apenas um projecto partidário e muito menos de mera ambição pessoal.

O que nos move, o que nos move, e motiva a estar na política, é estar ao serviço dos açorianos, propondo e fazendo coisas úteis para as pessoas.

Move-nos um espírito de oposição alternativa e alternativa de oposição.

E voltamos a afirmá-lo: uma oposição que sabe ser crítica mas também construtiva.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

CDS / Partido Popular

Ao longo deste debate e sempre, esperem de nós crítica quando for necessário e apoio quando for preciso, a bem do Povo dos Açores.

Não contem com facilitismo; contem com exigência.

Não queremos mais; não o fazemos por menos.

O Líder Parlamentar,

(Artur Lima)